

Muito além de Macau! A China continental e o seu papel na internacionalização da língua portuguesa

Davi Albuquerque

Universidade Nankai, República Popular da China

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.49/pp.111-129>

Resumo

A ideia da internacionalização de uma língua está relacionada com diversas áreas do saber, destacando-se, e.g., a economia, a política, a diplomacia, o ensino, além das questões linguísticas. O conceito de Lusofonia, de maneira semelhante, também é complexo, mas ainda traz consigo conotações polêmicas. Neste texto, discutimos os conceitos de internacionalização da língua portuguesa, da Lusofonia e das relações entre ambos. Ademais, apresentamos dados e informações sobre a importância da China continental, e não apenas de Macau, como o maior agente de promoção e difusão do português na Ásia. A partir disso, concluímos que a China é protagonista na internacionalização do português possuindo altos números no âmbito do ensino e das trocas comerciais com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como de interesses comerciais, estratégicos e diplomáticos. Finalmente, apesar de os números nos últimos anos serem positivos, chamamos à atenção somente para o fato de se ter uma visão objetiva e cautelosa a respeito do futuro do português na China.

Palavras-chave: Língua portuguesa; China; Macau; internacionalização; Lusofonia.

Abstract

The idea of internationalization of a language is related to several areas of knowledge, particularly economics, politics, diplomacy, education, as well as linguistics. The concept of Lusophony, similarly complex, still carries controversial connotations. In this work, we discuss the concepts of internationalization of the Portuguese language, Lusophony, and the relations between the two. Furthermore, we present data and information on the importance of mainland China, and not just Macau, as the largest agent for the promotion and dissemination of Portuguese in Asia. Additionally, we conclude that China has a leading role in the internationalization of Portuguese language, boasting significant numbers in teaching and trade with the Community of Portuguese Language Countries (CPLP), as well as commercial, strategic, and diplomatic interests. Finally, although the numbers in recent years have been positive, we emphasize the need for an objective and cautious view regarding the future of Portuguese in China.

Keywords: Portuguese language; China; Macau; internationalization; Lusophony.

1. Introdução

A língua portuguesa começou a se espalhar pelo mundo a partir da segunda metade do século XV com o advento das navegações portuguesas. Este processo foi, contudo, complexo, visto que estava relacionado com questões políticas, ideológicas, religiosas, comerciais, militares, entre outras. Tal complexidade gerou uma série de resultados distintos, os quais foram frutos dos contatos entre os portugueses com diferentes povos. Assim, da mesma maneira quando se ensina

Língua Estrangeira (LE), não se pode afirmar que esses contatos se limitaram às línguas, mas também às culturas, às sociedades, às heranças e às civilizações.

É possível destacar, entre os principais resultados dos contatos mencionados, a formação de crioulos (na África e na Ásia); a presença de resquícios da cultura portuguesa em alguns países (e.g., Indonésia, Tailândia, África do Sul); a situação dos descendentes de falantes de português e o português como língua de herança (e.g., Japão, Estados Unidos, Luxemburgo, Namíbia); e, finalmente, os países que decidiram manter a língua portuguesa como parte do seu ecossistema linguístico, bem como torná-la língua oficial.

A partir dessa difusão do português, começou o debate a respeito do conceito de Lusofonia, sendo que as discussões, definições e pontos de vista oscilam entre extremos, já que, por um lado, há autores que apresentam certos posicionamentos sentimentais, idealistas, nacionalistas e/ou ingênuos, enquanto alguns, por outro lado, são extremamente críticos, questionando a própria existência de uma lusofonia, qualquer tipo de comunidade ou possibilidade de união entre os países falantes de língua portuguesa. Ainda há aqueles que polemizam a Lusofonia e a presença da língua portuguesa em outros países devido à colonização, junto a todas as ações violentas e consequências perniciosas que permanecem até a atualidade em algumas dessas nações, como conflitos, dívidas, pobreza e vários outros problemas sociais.

A internacionalização surgiu como um conceito que tentou ser discreto, objetivo e preciso, com foco na relação entre as nações para objetivos específicos, bem como enfatizando temas como a globalização, a diplomacia, as organizações internacionais, a ciência, etc. No entanto, o que se entende por internacionalização e os seus estudos diversificaram-se, apresentando diferentes teorias e aplicações, conforme será discutido na secção seguinte.

No presente trabalho, temos como objetivos relacionar a Lusofonia com a internacionalização da língua portuguesa e discutir o papel da China para a internacionalização do português. Assim, apresentamos, primeiramente, após uma breve introdução, em (1), uma exposição teórica sobre a internacionalização, em (2), para, em seguida, discutir as principais contribuições que a China tem a oferecer para a difusão da língua portuguesa no mundo, sendo, desta maneira, um agente importante para a lusofonia e a internacionalização do português, em (3), e finalmente em (4), estão as conclusões deste estudo.

2. Internacionalização – aspetos teóricos

Primeiramente, é possível mencionarmos a internacionalização *lato sensu* em que se refere a inserção de qualquer elemento estrangeiro em uma área ou setor específico. Deste modo, percebe-se o seu uso em diversas áreas, podendo-se falar

atualmente em internacionalização, e.g., nas áreas da saúde, dos negócios, das ciências, da educação, etc. Um uso mais específico, e muito estudado na atualidade, é a internacionalização do ensino superior, a qual está relacionada com ações nas áreas do ensino pré-primário, primário, liceal, de política de ensino, ensino de línguas e investigação científica. Apesar de importantes, esses conceitos não nos interessam aqui, visto que estamos a debater a internacionalização da língua portuguesa e a Lusofonia.

No âmbito linguístico, a definição do termo “internacionalização”, seja para qualquer idioma ou situação de uso, ainda não é clara, visto que os pesquisadores e/ou agentes relacionados a tais processos acabam por focar (nas suas investigações e publicações) nas questões práticas, ações ou planos, não trazendo, por conseguinte, a sua visão do que entendem por internacionalização de uma língua. De acordo com o Filipe (2009):

Entende-se por internacionalização da Língua Portuguesa um processo eminentemente político de afirmação, de consolidação e de diversificação funcional da língua na arena internacional, enquanto idioma utilizado em países externos à CPLP, em funções convencionalmente culturais e académicas, mas sem deixar de abranger outras utilizações que podem garantir e reforçar o prestígio de uma grande língua de comunicação e cultura: ciência, Internet, tradução e interpretação, negócios, artes, meios de difusão de massas como a Televisão Internacional.

O que se infere a partir das discussões, documentos e estudos existentes, conforme se aponta adiante, é que a internacionalização de uma língua está ligada às áreas políticas, económicas, diplomáticas, sociais, ideológicas, educacionais, científicas, individuais, tecnológicas, entre tantas outras, o que faz com que tanto os seus aspetos históricos e culturais teóricos, quanto práticos, sejam complexos. Desta maneira, para uma discussão a respeito dos conceitos de internacionalização da língua portuguesa, ver, e.g., Filipe (2005), Albuquerque (2022), dentre outros, enquanto que para uma história das ações de promoção e difusão da língua portuguesa, ver, por exemplo, Filipe (2005), sobre as estratégias portuguesas, Castro Neto (2013) e Albuquerque e Ramos (2021), sobre as contribuições do Brasil.

De acordo com o que se afirmou no início deste texto e, da mesma maneira, é de conhecimento geral, a internacionalização da língua portuguesa teve seus primeiros passos ao final do século XV, consolidando-se no século XVI, mas, rapidamente, dissolvendo-se já no próprio século XVI e findando no século seguinte, no século XVII, apesar de manter resquícios em vários locais do mundo. Contudo, tais ações de internacionalização foram baseadas apenas na força, imposição ou interesses financeiros unilaterais e imediatos, o que não se sustentou, como pode ser visto em eventos históricos específicos em algumas das antigas colónias portuguesas, em que ocorreram catequização, educação formal, conflitos e guerras coloniais. Foi somente com ações políticas, económicas, diplomáticas e culturais na segunda

metade do século XX, como o surgimento dos primeiros leitorados, a criação dos exames de proficiência em Portugal e no Brasil, o projeto do novo acordo ortográfico de 1990, o início das atividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) etc., as quais podem ser classificadas como poder suave¹, que culminaram, entre tantos marcos, na iniciativa do governo português da internacionalização (Reis et al., 2008) e da avaliação do potencial económico da língua portuguesa (Esperança, 2009; Reto, 2012). Por conseguinte, podemos afirmar que ocorreu um ‘ponto de virada’ nos estudos, compreensão e ações para a internacionalização da língua portuguesa, a partir da primeira década do século XXI.

Diante da complexidade de tal cenário, é importante deixarmos explícito a nossa posição e definição sobre o que entendemos a respeito da internacionalização da língua portuguesa. Grosso modo, na senda da CPLP e seu primeiro plano de ação, em 2010 (CPLP, 2010), a internacionalização nada mais é do que a promoção da língua portuguesa a nível mundial, atuando em duas grandes vertentes: a da difusão, por meio do ensino, e a da disseminação, por meio do alargamento do seu uso em mais organizações internacionais.

Todavia, apesar de ser uma definição objetiva, clara e concisa, tal conceito leva a uma série de problemas e questionamentos. O primeiro deles está exatamente no fato de Portugal, de acordo com a visão de Grayley (2014), liderar tal iniciativa nos âmbitos teórico, político e prático, o que pode ser visto como uma atitude neocolonialista, ou até mesmo como um acerto de contas para retomar o controle ou retornar a um suposto passado glorioso de Portugal. Contudo, devemos deixar claro aqui que tais argumentos são carregados de ideologia, sendo também tendenciosos, visto que a língua portuguesa, tanto na sua história, quanto na sua situação atual, não se limita a alguns eventos ou ações perniciosas, sejam do passado, sejam do presente. Outros problemas estão relacionados com as trocas comerciais, científicas e tecnológicas, bem como a diplomacia, as quais revelam um interesse de poder, controle e jogo de influência, ora dos países da CPLP contra os demais países do mundo (o bloco da CPLP tentando dominar outros países ou blocos económicos), ora entre os países da própria CPLP (em que há a notável predominância de Portugal ou do Brasil, dependendo de qual setor/ área esteja sendo analisada). Surgem, ainda questionamentos a respeito da posição, status e futuro

¹ O termo ‘poder suave’ (*soft power*) foi criado por Nye (1990) para se referir a um tipo especial de conquista feita por meios não violentos, bem como não usando a força. Desta maneira, há uma dominação pacífica, principalmente por meio de bens culturais, como cinema, música, esporte etc. Acreditamos que a discussão teórica e a aplicação dos conceitos de poder suave (e da diplomacia cultural) no âmbito do ensino do Português Língua Não Materna (PLNM) é frutífera e apresentará contribuições significativas para a área. Porém, ainda são poucos os trabalhos que já abordaram o tema, e.g., Moutinho e Almeida Filho (2015) e Albuquerque (2020).

das línguas e culturas locais, juntamente com as variedades locais/ nacionais da língua portuguesa.

De maneira semelhante, Oliveira (2013) aponta três aspetos da internacionalização no cenário geopolítico da atualidade, sendo eles: a internacionalização das línguas, a gestão das línguas e das sociedades por meio das línguas. Com isso, o autor discute questões cruciais, como a gestão da língua e das ações, a internacionalização e a lusofonia e a internacionalização da língua portuguesa e multilinguismo.

No entanto, há autores, como Albuquerque (2022), que procuram pensar a internacionalização *stricto sensu*, trazendo uma definição mais simples, mas que consegue abranger, a nosso ver, a complexidade do termo e dos elementos envolvidos no processo de internacionalização da língua portuguesa, apontando-a como:

(...) um conjunto de políticas e práticas de promoção, difusão, expansão e manutenção da língua em setores distintos nos quais já apresentam alguma relação e/ou interesse no português, bem como em outros, em que não há presença do português, mas nos quais se busca divulgá-la afim de conquistar novos falantes e espaços (Albuquerque, 2022, p. 33).

O mesmo autor chama à atenção também para algumas características e polissemia do termo (Albuquerque, 2022), visto que, para o linguista, deve ter-se cuidado para não haver confusão com a elaboração de uma norma supranacional ou mesmo de um português internacional, bem como a retoma do debate indo na contramão da maioria das publicações atuais, pois aconselha certa cautela em relação à internacionalização, ao pluricentrismo e, ainda, no papel das descrições das variedades do português e seus respetivos usos no ensino de português como língua estrangeira (Albuquerque & Mulinacci, 2024).

A respeito da lusofonia, o termo ainda permanece polêmico, sendo reconhecido como uma miragem, utopia, estado de espírito, neocolonialismo, entre outros². Com isso, para não adentrarmos e nos alongarmos em tal celeuma, sobre a relação da lusofonia com a internacionalização, adotamos aqui as propostas de Grayley (2014) e Severo e Leviski (2019). Grayley enfatiza os objetivos e práticas que estão em sintonia em ambos os conceitos:

Não obstante a identificação prática que fazemos entre lusofonia e internacionalização dos países de língua portuguesa, no sentido de que a lusofonia é um motivo e uma força tendentes à internacionaliza-

² Para um resumo completo do debate existente sobre os diferentes conceitos de lusofonia nos mais variados autores, conforme discutido por Eduardo Lourenço, Gilberto Freyre, Carlos Alberto Faraco, Ivo Castro, Mia Couto, entre outros, remetemos à tese de Grayley (2014), na qual a autora, além de sintetizar o debate, de acordo com o que já informamos, ainda traz um estudo notável sobre a relação de internacionalização da língua portuguesa com a lusofonia. Não nos dedicamos a uma extensa discussão sobre o tema, visto que fugiria do escopo deste texto, que tem como objetivo a reflexão sobre o papel da China na internacionalização do português.

ção, não deixamos de reconhecer que esta é uma das palavras mais delicadas dentro do debate sobre a internacionalização. (Grayley, 2014, p. 99)

Já em Severo e Leviski (2019), as autoras apresentam uma visão sobre a internacionalização da língua portuguesa, a qual levada em consideração os seus aspetos políticos (incluídos os mais diversificados tipos de políticas), discursivos e práticos, está preocupada com a difusão do português, e a lusofonia, da mesma maneira que a internacionalização. Conforme a postura de Grayley (2014), apresenta elementos em comum, como o contato com diversas áreas do saber e o foco na propagação da língua portuguesa. Assim, nas palavras das autoras:

(...) Propomos que o processo de internacionalização da língua portuguesa está em diálogo com a ideia – colonial e contemporânea – de lusofonia, entendida como um dispositivo (Foucault, 2015) que integra elementos linguísticos, culturais, identitários e econômicos com efeitos simbólicos e políticos específicos no universo de circulação e oficialização da língua portuguesa. Propomos que a lusofonia contemporânea, empenhada na propagação e celebração acrítica da língua portuguesa no mundo, ressoa práticas e discursos coloniais que utilizaram a língua portuguesa como instrumento de dominação através da cristianização, da escolarização, da política de assimilação e da escravização (...) (Severo & Leviski, 2019, p. 2).

Vale reiterar que definições, como as de Grayley (2014) e Severo e Leviski (2019), focam aspetos político-ideológicos e enfatizam o lado pernicioso das ações e dos agentes do processo de internacionalização. Contudo, não podemos nos limitar a tais posicionamentos, visto que, assim, ocorreríamos em erro ao limitarmos-nos a apenas uma visão ou mostrar somente um lado. Desta maneira, é possível apontar uma série de exemplos e referências que abordam a internacionalização, seja do português, seja de outras línguas, sob diferentes ângulos. Entre estes exemplos, mencionamos aqui a posição de autores como De Swaan (2001), que destaca que a expansão da língua do colonizador pode ser uma mais-valia para as nações que surgiram em contextos pós-coloniais durante o século XX; Wright (2004), que afirma que a internacionalização da língua inglesa ocorreu quase de uma maneira natural, seguindo as tendências da expansão anglófona pelo mundo (primeiro do Reino Unido, posteriormente dos Estados Unidos); ou Filipe (2005), que afirma que a colonização e, de maneira similar, a internacionalização do português foi “mais na base oficial dos afetos e com uma política baseada no mito do “Portugal do Minho a Timor”” (Filipe, 2005, p. 24). Após essa exposição prévia a respeito da internacionalização e da lusofonia, vale a pena mencionar que ainda há muito que precisa ser feito para a promoção e a difusão da língua portuguesa, visto que a maioria dos seus principais atores e agentes apresentam uma série de problemas e falhas nos seus respetivos papéis.

Desta forma, os principais atores são as instituições internacionais responsáveis pela língua portuguesa, a saber a CPLP, os governos dos países lusófonos

(Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste), bem como demais organizações que podem exercer alguma função significativa, como universidades, editoras, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), entre outras.

Contudo, a CPLP, que podemos afirmar como o principal agente, ao menos a nível teórico, não apresenta projetos claros, tampouco as suas ações, pois não cumpre muito do que expõe nos planos de ação anteriores e, da mesma maneira, tem desempenhos insuficientes no que se propõe a fazer, alegando a falta de recursos à ausência de pagamentos e do cumprimento de outras obrigações por parte de seus Estados-membros. Ademais, os planos de ação da CPLP permanecem ambíguos, contraditórios e inalcançáveis. Outro problema encontrado é a falta de pesquisas tanto em relação à atuação da CPLP, quanto aos problemas contidos nos seus planos de ação, o que faz com que o debate científico a respeito da CPLP e a sua atuação na internacionalização da língua portuguesa ainda permanece ínfimo³.

Outrossim, os Estados-membros da CPLP não vêm cumprindo certas obrigações, tampouco demonstram interesse em uma ampla política e/ou ações para a internacionalização do português, sendo que tal protagonismo, como é previsto, fica a cargo apenas de Portugal e Brasil. Porém, ambos os países apresentam altos e baixos em suas ações e projetos para a internacionalização do português, visto que a promoção e a difusão da língua portuguesa não parecem ser prioridade nas políticas oficiais, ficando relegadas a segundo plano, submetidas às flutuações e mudanças económicas, financeiras e políticas. Caso haja situações favoráveis os governos investem, caso não ocorram, observa-se um descaso em relação à internacionalização da língua portuguesa. Os demais países de língua portuguesa, como os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, na maioria das vezes, solicitam auxílios e cooperações de Portugal e Brasil, sendo que apenas raramente realizam alguma ação ou projeto para ajudar outros países da CPLP e para a internacionalização do português.

Todavia, nem tudo se limita a pontos negativos. Há também pontos positivos para se destacar aqui em relação às contribuições do Brasil e dos PALOP para a promoção da língua portuguesa. Por exemplo, em Oliveira (2013), Mendes (2019) e Albuquerque (2020), os autores chamam atenção para fatores como o crescimento económico e populacional do Brasil e de alguns países do PALOP, como Angola e Moçambique, o que poderá influenciar de maneira significativa o futuro da língua portuguesa e a sua expansão seja dentro do espaço da CPLP, seja no

³ Em Delfino, Boganika e Albuquerque (2023), um dos poucos estudos sobre este tema, há uma análise do Plano de Ação de Praia, datado de 2021 (CPLP, 2021). No texto, os autores criticam características como ausência de responsáveis para a implementação das ações previstas e a falta de informação especializada e/ou pormenorizada.

mundo. Desta maneira, estima-se que tal desenvolvimento continuará, o que proporcionará o deslocamento de investimentos e outros tipos de capitais estrangeiros para os países da CPLP, e possibilitará a ampliação da diplomacia tradicional e da diplomacia cultural (com o uso do poder suave para conquistar o público, ex.: novelas e músicas brasileiras, o futebol, o carnaval, turismo ecológico etc.). Esses fatores são alguns casos e estimativas das contribuições futuras dos demais países lusófonos para a manutenção da promoção e da difusão da língua portuguesa.

Além desses fatores, Albuquerque e Ramos (2021) listam as principais características da língua portuguesa que a mantém entre as principais línguas do mundo em diferentes parâmetros: o português está entre as línguas mais faladas do mundo, entre a 6º e a 9º, a depender do levantamento; Brasil e Portugal apresentam comunidades estrangeiras e de imigrantes com números significativos por todo o mundo; o PIB da CPLP está no 10º lugar na economia global; a língua portuguesa está entre as línguas com o maior número de falantes com presença na internet, entre a 4ª e 5ª posição; e o português é a 7ª língua mais cotada no barômetro Calvet (Reto, 2012).

Finalmente, conforme Jatobá (2020) enfatizou em sua investigação e que discutiremos na próxima secção, a maioria dos estudos existentes a respeito da internacionalização da língua portuguesa, relacionando-a com a sua promoção e difusão, preocupa-se somente com os aspetos económicos, tecendo breves comentários a questões políticas e diplomáticas, enquanto as demais áreas ainda permanecem pouco estudadas ou sequer foram alvos de pesquisas. Isso faz com que estudos específicos sobre a internacionalização do português sejam importantes e trazem consigo contribuições significativas, quando não se limitam a retomar ou repetir os mesmos objetos já abordados. Por estes e outros motivos é que decidimos abordar aqui a questão chinesa, principalmente a China continental, para não nos limitarmos à situação de Macau e apenas reiterar o que já foi feito anteriormente.

3. A China e a internacionalização do português: Macau e o continente

A chegada dos portugueses na Ásia data do século XVI. Porém, devido a uma série de fatores, como o sistema de colonização/dominação baseado somente em feitorias, conflitos com a presença e interesse de outros países europeus, juntamente com os embates com a população local, as longas distâncias e períodos de deslocamentos entre os países asiáticos, entre outros, fizeram com que a língua portuguesa não se mantivesse no continente.

É possível observar a presença linguística somente na Região Administrativa Especial de Macau e Timor-Leste, os quais apresentam o português como língua oficial. Há, ainda, alguns resquícios linguístico-culturais de comunidades crioulas, como na Marrocos, Malásia, Índia e Sri Lanka, bem como escassos elementos

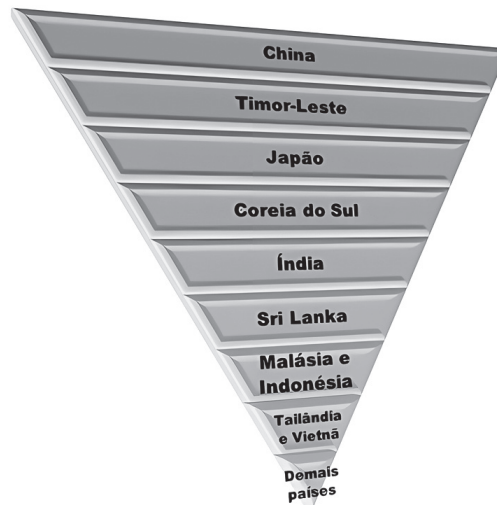
culturais em comunidades isoladas, em países como Myanmar e Indonésia. Ademais, o Japão se destaca pela sua relação com o Brasil, apresentando migrações e comunidades nipo-brasileiras significativas para ambos os países.

Desta maneira, nesta seção, discutiremos o papel da China na internacionalização do português, começando por abordar o estudo de Albuquerque (2024), no qual o autor analisa a internacionalização do português na Ásia; depois, apontaremos a posição estratégica de Macau neste cenário; e, finalmente, apresentaremos nosso posicionamento, com base nos dados existentes em diferentes setores, sobre a importância da China continental nesse processo.

3.1 A internacionalização do português na Ásia

Em Albuquerque (2024), o autor apresenta uma proposta introdutória sobre como avaliar a internacionalização da língua portuguesa, discutindo diferentes casos do português no continente asiático. Para o presente trabalho, interessa-nos a classificação existente, na forma de uma pirâmide invertida, na qual a China assume a primeira posição como o país mais importante da Ásia no processo de internacionalização do português (fig. 1), bem como breves informações que justificam a posição de destaque desse país:

Figura 1. Os países asiáticos e a internacionalização do português



(Fonte: Albuquerque, 2024, p. 103, adaptado)

O linguista explica que tal figura foi organizada “com base nos seguintes parâmetros: tamanho da população; espaço geográfico; número de falantes; influência e/ou poder político-económico diante da comunidade internacional; situação do

ensino de PLE; laços culturais; situação das trocas comerciais; relações diplomáticas.” (Albuquerque, 2024, p. 104). Outrossim, o autor aponta as seguintes características que justificam a sua escolha de posicionar a China como o principal país para a internacionalização do português:

Relações com o Brasil desde a Guerra Fria (político, diplomática, ideológica, econômica e educacional); relações com Portugal desde a época colonial (diplomacia retomada na década de 1990, acordos diplomáticos e econômicos); Macau mantém o português como língua oficial e como língua ensinada/ procurada em escolas, cursos e universidades (Teixeira e Silva; Lima-Hernandes, 2014); O Fórum de Macau tem-se mostrado como um bloco econômico de destaque entre Macau e os países da CPLP, permitindo e atuando como um mediador de trocas comerciais e todo tipo de relações entre a CPLP e a China; a China é o maior parceiro econômico do Brasil e da CPLP (RETO, 2012), bem como é a segunda maior potência econômica da atualidade. (Albuquerque, 2024, pp. 104-105).

Assim, de acordo com o que foi apresentado anteriormente, compartilhamos da ideia da China e Timor-Leste como os principais países agentes da internacionalização da língua portuguesa na Ásia, bem como com os breves argumentos de natureza política, ideológica, diplomática e comercial. Porém, chamamos atenção para a necessidade do desenvolvimento deles e, da mesma maneira, para a existência de outros argumentos importantes não mencionados pelo autor. Por conseguinte, fazemos isso adiante, ao discutirmos a China continental, mas antes de o fazer, tecemos uma breve análise a respeito do status significativo de Macau.

3.2 Região Administrativa Especial de Macau

Atualmente, muito se tem discutido, em diversas publicações, sobre o fato de Macau se mostrar como uma “porta” (ou uma “ponte”) entre o Oriente e o Ocidente, ou entre a língua portuguesa e a China (ou até mesmo o continente asiático). Ademais, discorreu-se em demasia a respeito das características histórico-culturais da presença portuguesa em Macau. Com isso, não repetiremos as mesmas informações de trabalhos anteriores, mas, visando trazer uma contribuição significativa, abordaremos outros temas ainda não estudados adequadamente, principalmente a questão da expansão da língua portuguesa em Macau e a criação do Fórum de Macau.

A expansão da língua portuguesa na China, especialmente em Macau, foi registrada a partir de 2005, conforme atestado por vários autores, entre eles Teixeira e Silva e Lima-Hernandes (2014), André (2017), Gonçalves (2019), Yan (2019), Jatobá (2020) e Pires (2022). Na China continental, observou-se um *boom* (também reconhecido como uma “erupção vulcânica” por alguns autores) nos números de universidades e cursos de língua portuguesa, de professores chineses e estrangeiros, de estudantes universitários e a procura pela língua portuguesa, de materiais didáticos, traduções, pesquisas e demais publicações, e da taxa de emprega-

bilidade dos egressos dos cursos de português. De maneira semelhante, Macau observou não apenas o crescimento desses números no âmbito universitário, linguístico e educacional, mas também de outros setores socioeconômicos, destacando-se o turismo, os casinos, outros setores que necessitam de mão de obra de base (ou não qualificada), imigração de países asiáticos vizinhos e da China continental, e um centro de referência de língua portuguesa para a China e para Ásia, visto que o deslocamento para o Brasil ou Portugal, muitas vezes, é dispendioso para chineses e cidadãos de outros países asiáticos.

O Fórum de Macau, conhecido oficialmente pelo seu nome *Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)*, é uma plataforma que partiu de uma iniciativa do governo chinês, no ano de 2003, tendo, entre seus principais objetivos, o fortalecimento das relações econômicas, comerciais, culturais e linguísticas entre a China e os países de língua portuguesa, estando também integrada à iniciativa *Uma Faixa, Uma Rota* (一帶一路, *yīdài yīlù*). Alguns autores, como Pinto (2005), Fernandes (2008) e Cardoso (2021), chamam atenção para características notáveis do Fórum de Macau que servem como estratégias para dar continuidade às políticas e relações diplomáticas do passado⁴, principalmente nas relações China-Portugal e China-Brasil; manter um protagonismo nas trocas comerciais, culturais e linguísticas com os países da CPLP; o interesse em investimentos nos países africanos; a verificação da importância da língua portuguesa para a China em nível nacional e internacional. Ademais, Marrocos (2024) aponta as relações entre a língua portuguesa, a lusofonia, a China e o Fórum de Macau, enfatizando a difusão do português por meio do fortalecimento das trocas comerciais entre os países.

Na prática, trata-se de transformar Macau em um centro de promoção e difusão da língua portuguesa e, conseqüentemente, todos os benefícios educacionais, culturais, diplomáticos, comerciais e econômicos de tal difusão. Assim, o Fórum de Macau possui reuniões ocasionais, geralmente a cada três ou quatro anos, para traçar planos, projetos e ações futuras, entre eles, mobilidade acadêmica entre a China e os países da CPLP; formação em/ sobre língua portuguesa de talentos,

⁴ Machado (2023) elenca três principais fatores para o interesse da China em Portugal, sendo eles a diplomacia antiga existente e o processo de transição pacífica de Macau para a China, os números e a relevância da língua portuguesa no mundo, tendo Portugal como um centro difusor da língua, e o prestígio de Portugal no cenário asiático. Aqui se revelam posturas e atitudes românticas, idealistas, tradicionais e preconceituosas em relação à língua, aos seus falantes, ao seu ensino e ao seu uso, visto que Portugal é encarado como único centro linguístico e cultural, bem como foco de elementos corretos, bons, belos, ricos etc., quando comparado aos demais países lusófonos, os quais são avaliados popularmente como opostos a esses elementos. Tais afirmações são feitas com base na experiência e observação do presente autor em salas de aula de instituições universitárias chinesas. Porém, são necessários estudos específicos, particularmente na área de atitudes linguísticas, para verificar se o que foi afirmado é válido e se sustenta com rigor científico.

tradutores, professores e investigadores chineses; aumento de cursos, centros e demais instituições chinesas com ofertas e formação em língua portuguesa. No âmbito dos demais setores, podemos afirmar que, além do prestígio, já mencionado, de Portugal, a China tem interesse e realizou uma série de investimentos no país, sendo um dos seus maiores parceiros e apoio para a expansão chinesa para o mercado europeu; em relação ao Brasil, há uma parceria política, ideológica e diplomática, bem como trocas comerciais e parcerias nos setores de investimentos, finanças, agricultura e energia, ainda, deve-se salientar a importância do Brasil devido à sua presença no bloco económico dos BRICS, junto com a China; na África, a China investe em “trocas comerciais, nos investimentos em infraestruturas, na construção civil e na exploração do petróleo”, visando “a exploração dos recursos naturais, obtenção de mão de obra barata e abertura de mercados” (Machado, 2023, p. 62); em Timor-Leste, há investimentos em diversos setores para o aprimoramento da infraestrutura básica do país. Todavia, há um último tópico digno de nota que se opõe à visão otimista, apresentada anteriormente. Trata-se da previsão de manter “um país, dois sistemas” até 2049, ou seja, de acordo com a lei local, há a possibilidade de Macau deixar de ser capitalista, mudando todo o seu sistema económico, o que poderia trazer resultados significativos em outras áreas (podendo ser benefícios ou malefícios), entre elas, na educação e no ensino. Isso faz com que parte dos profissionais, professores, estudantes e outros interessados na língua portuguesa se preocupem e vejam o desenvolvimento futuro do português com certa cautela.

Finalmente, conforme Jatobá (2020), o autor chega a conclusões significativas ao afirmar que:

(...) apesar de não haver estudos específicos sobre o valor da língua portuguesa na China, assumimos que os melhores indicadores que temos são, do ponto de vista económico, o aumento das trocas comerciais entre a China e os PLP e, do ponto de vista económico e cultural, o crescimento dos cursos superiores de língua portuguesa na China e a alta taxa de empregabilidade para recém-formados nesses cursos. É também fato haver um défice em estudos não apenas da língua portuguesa, mas também de muitas das “línguas menos comuns” em crescimento na China. (Jatobá, 2020, p. 100).

Desta maneira, é possível observar que ainda faltam investigações específicas sobre o papel que as diferentes áreas podem oferecer para a internacionalização da língua portuguesa e, da mesma maneira, do papel da China neste processo. Ademais, percebe-se que as publicações, de acordo com o que foi afirmado na seção anterior, permanecem limitadas aos aspetos económicos, ora mencionando alguns comentários a respeito de política e da diplomacia, não sendo contempladas outras áreas do saber, seja nos estudos teóricos e gerais da internacionalização da língua portuguesa, seja para o caso particular da China.

3.3 *China Continental*

Na subsecção anterior, em (3.2), apontamos os dados mais gerais sobre a China continental e Macau para conduzirmos a nossa análise e interpretação até aqui. Com isso, retomamos alguns dados já comentados, bem como fornecemos outros novos para a nossa discussão, sendo que, em nossa análise, listamos os aspetos positivos e negativos da presença do português na China para alcançarmos nossas conclusões e resultados.

Conforme Jatobá (2020) afirma e reiteramos no decorrer deste texto, o foco das pesquisas sobre as relações entre a China e os países da CPLP é nas trocas comerciais de mercadorias, havendo uma carência de investigações com outros enfoques ou abordagens, mas os poucos estudos específicos existentes mostram que a investigação em outras áreas, bem como nas duas direções (as vantagens da China para os países lusófonos e vice-versa), podem oferecer resultados importantes para um melhor conhecimento da internacionalização do português.

Um primeiro tópico que precisa ser melhor abordado é a pesquisa nas mais diversas áreas, bem como o uso de aportes teóricos e métodos inovadores. Neste caso, podemos mencionar uma referência importante, que é a de Fernandes (2013), no qual o autor aponta a demanda energética da China e sua aproximação aos países da CPLP, que se dá em nível diplomático e linguístico, visando também a troca comercial no campo energético, principalmente do petróleo. Em outras palavras, até mesmo quando se aborda a questão das trocas comerciais, é possível conduzir estudos empíricos para perceber, na prática, o que está acontecendo e, da mesma maneira, realizar investigações com diferentes métodos e/ou interdisciplinares para se obterem contribuições valiosas nas mais variadas áreas.

Uma segunda área de pesquisa está relacionada com a empregabilidade dos egressos de cursos de graduação de português na China. As pesquisas feitas até o momento, como de Ye (2012), Li (2014), Pereira (2014), Sun (2018) e Jatobá (2020), contemplando os estudantes de diferentes províncias, entre elas: Pequim, Dalian, Nanquim, Xi'an e Guangdong, mostram números promissores. Devido à demanda nos mais variados setores (iniciativa privada, servidores públicos, jornalismo, finanças etc.) e ao baixo número de profissionais capacitados, as taxas de empregabilidade nos diferentes locais mencionados variam entre 72% a 100% para os alunos recém-formados, o que representa dados altos e positivos *per se* e, da mesma maneira, quando comparados com outras línguas estrangeiras, chamadas de “línguas estrangeiras menos comuns” no âmbito oficial chinês.

Um terceiro setor é o impacto das políticas internas e externas da China. Primeiramente, é possível citar o interesse nos diferentes blocos económicos e parcerias internacionais, destacando-se o BRICS (com a presença do Brasil e da China), o ASEAN (a futura adesão de Timor-Leste), o Mercosul e os blocos económicos

africanos. Ainda, a China também tem interesse e poderá beneficiar-se com a língua portuguesa por meio do uso desta em diversas entidades e organizações internacionais (ex. SADC, CEDEAO, CEEAC, UNASUL, OEA, OEI), bem como a possibilidade de sua expansão vindoura para outras entidades semelhantes, como a ONU. Digno de nota são duas ações do governo chinês: (a) a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, que busca a adesão de vários países pelo mundo; porém tem um foco maior no comércio, tecnologia e nos diferentes tipos de mobilidade entre os países membros; demonstra, contudo, um interesse nas línguas estrangeiras e possui uma ligação com a política de formação de talentos (Wen, 2014, Fu & Wu, 2018); (b) e o programa de formação de talentos em línguas menos comuns, que visa fomentar o desenvolvimento dessas línguas nos mais variados setores no país, entre eles a contratação de profissionais estrangeiros, a produção de materiais e publicações científicas, a formação inicial e continuada de profissionais chineses, particularmente sobre a formação de talentos em língua portuguesa há os trabalhos de Li (2012, 2018).

Ademais, de acordo com estudos já mencionados anteriormente, a língua portuguesa apresenta um crescimento vertiginoso na China nos últimos anos, consistindo nos seguintes números atuais (Pires, 2022):

- 56 IES (Instituições de Ensino Superior);
 - 51 na China continental e 5 em Macau;
- 6370 alunos;
 - 4401 matriculados em licenciaturas, 1748 em cursos livres e 221 em cursos de pós-graduação;
- 304 professores;
 - (34 brasileiros, 67 portugueses e 203 chineses).

Assim, observamos que houve crescimento nos diferentes setores, sendo eles o número de universidades, de cursos de graduação e pós-graduação, da procura e de estudantes matriculados, e de professores nativos e não nativos.

Contudo, nos últimos anos, a situação das línguas estrangeiras menos comuns na China também está passando por certos problemas, os quais podemos chamar de pontos negativos a serem observados, além da ausência de uma política linguística explícita e específica, conforme salientado por Jatobá (2020). Entre esses pontos negativos, são possíveis mencionar o que chamamos de volatilidade política chinesa, a qual consiste nas constantes mudanças políticas estratégicas feitas pelo governo chinês, semestral ou anualmente, o que ocasionalmente causa impactos significativos na demanda por profissionais, cursos e estudantes de língua portuguesa. Um caso notável, recentemente, que pode ser mencionado como

exemplo, são os investimentos oficiais em tecnologias de IA, juntamente aos discursos das autoridades chinesas, que vêm desencorajando o estudo das línguas estrangeiras menos comuns, justificando que estas serão facilmente substituídas e/ou dominadas pelas IA, não sendo mais necessários gastos com capital financeiro, humano etc. Apesar do absurdo de tal postura, a nosso ver, isto vem causando um resultado negativo a partir do ano passado, em 2024, pelo fato de os discursos oficiais serem endossados pelos gestores, profissionais, professores e demais classes sociais, o que está levando ao fechamento de cursos de graduação de português, bem como à redução da procura e do número de alunos nas universidades em algumas províncias, como na faixa de Pequim, Tianjin e Hebei, localizada na região centro-leste da China. Em contrapartida, vale mencionar que nas províncias do Norte, como em Jilin; do Oeste, como em Sichuan; ou do Sul, como na região da grande baía, englobando Guangdong, Shenzhen, Hong Kong e Macau. Há uma alta e contínua demanda para a língua portuguesa em diferentes áreas e setores. Todavia, acreditamos que, para termos mais dados, são necessárias pesquisas com os egressos dos últimos anos e a respeito da empregabilidade dos recentes graduados para um melhor conhecimento e informações mais concretas e objetivas sobre esses temas, visto que a última publicação é de Sun (2018). Um outro exemplo digno de nota que pode causar um impacto negativo na promoção e difusão do português na China, é a criação de demanda artificial, feita pelo governo e empresários chineses para a língua chinesa, sendo que esta estratégia consiste na recusa por parte dos cidadãos chineses do uso de qualquer língua estrangeira em todo tipo de interação ou negociação, exigindo que a outra parte, a qual se mostra mais interessada, aprenda chinês ou, ao menos, que contrate um cidadão chinês falante de LE. Isto serve para aumentar, de maneira artificial, a demanda para a aprendizagem da língua chinesa, bem como para a contratação de profissionais chineses.

Desta maneira, mesmo com os números altos e positivos, junto ao crescimento e desenvolvimento do português na China, o que faz com que esta nação seja um parceiro e um elemento importante para a lusofonia e a internacionalização da língua portuguesa, procuramos trazer também os diferentes lados do complexo cenário político, linguístico, económico, educacional, ideológico etc., que se relacionam com as línguas no mundo para que possamos ter uma visão realista sobre a situação do português na China atualmente e para os próximos anos, bem como suas perspectivas, as quais devemos ter certa cautela, de acordo com os pontos negativos apontados. Por fim, um outro ponto que sempre devemos ter em mente quando analisarmos o caso da China é o princípio “um país, dois sistemas”, no qual manterá o sistema capitalista em Macau por cinquenta anos, ou seja, até 2049, de acordo com a Lei Básica de Macau. Assim, não saberemos até lá o que poderá acontecer e, da mesma maneira, o que será feito após este período e como

as mudanças pós-2049 afetarão a língua portuguesa na China continental e em Macau. Todavia, estamos certos de que a posse de resultados efetivos e concretos, somente o tempo poderá nos trazer.

4. Conclusões

No presente texto discutimos diferentes visões sobre a internacionalização do português, da lusofonia e das relações existentes entre esses dois conceitos. Demonstramos que a China se destaca como o principal país na Ásia para internacionalização do português, tendo um protagonismo na difusão e promoção do português dentro desse país, continente e até para o mundo, visto que é uma nação proeminente em diversas áreas e em variadas relações com os países da CPLP, principalmente nas trocas comerciais e diplomacia.

Listamos uma série de características e dados nos quais procuramos expor no nosso posicionamento de que, além de ter um papel de destaque, a China não se limita a Macau quando falamos da língua portuguesa, visto a expansão, o desenvolvimento e os números do ensino de língua portuguesa na China continental. Chamamos atenção, porém, de que há alguns aspetos negativos e preocupações em relação à continuação desse crescimento, bem como da manutenção desse interesse e de altos números para o português, o que faz com que a nossa visão seja positiva, mas com cautela.

Finalmente, pretendemos, ainda, que as lacunas e limitações tanto apontadas neste trabalho, quanto as existentes em nosso texto, possibilitem o interesse em investigações futuras, visto que devido à complexidade dos temas relacionados e às dimensões da China e das relações existentes no bloco da CPLP há uma série de coisas a serem feitas e ainda devemos construir muita coisa para que alcancemos mais conhecimentos para os tempos que estão por vir.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, D. (2020). O ensino de Português Língua Estrangeira como diplomacia cultural: atividades de cultura brasileira. *Signum*, 23(1), 133-150.
- Albuquerque, D. (2022). A internacionalização da língua portuguesa. O que é? Por quê? Para quem? Como? *Revista de Estudos de Português Língua Internacional*, 2(2), 31-52.
- Albuquerque, D. (2024). Uma tentativa de aferir o grau de internacionalização: a experiência do português na Ásia. In J. Evaristo, D. Albuquerque, & M. Delfino (Orgs.), *Cenários do Português no mundo – políticas linguísticas e internacionalização* (pp. 97-110). São Carlos: Pedro & João Editores.
- Albuquerque, D., & Mulinacci, R. (2024). A importância de não ser “pluricêntrico”: teoria e práxis da (desejada) internacionalização do português. *Revista Letras Raras*, 13(3). <https://doi.org/10.5281/zenodo.12752753>.

- Albuquerque, D.; Ramos, R. (2021). O ensino da língua portuguesa no mundo: aspetos geopolíticos, demográficos e económicos. In D. Albuquerque, & R. Ramos (Eds.), *O ensino de português língua não materna: pesquisas e práticas bem-sucedidas* (pp. 6-26). Catu: Editora Bordô Grená.
- André, C. A. (2017). O Português na China: um caso de sucesso. *Administração*, 3, 197-202.
- Cardoso, C. S. (2021). *Jogos de guanxi: A plataforma Macau na diplomacia cultural portuguesa (2009-2019)*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa).
- Castro Neto, F. (2013). *História do futuro: Diagnóstico e perspectivas de políticas públicas para o ensino/aprendizagem de PLE-PL2 no Brasil do século XXI*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília).
- CPLP. (2010). *Plano de ação de Brasília*. Brasília-DF. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/lusofonias/plano-de-acao-de-brasilia-para-a-promocao-a-difusao-e-a-projecao-da-lingua-portuguesa/3542#>.
- CPLP. (2021). *Plano de ação de Praia*. Luanda. Disponível em: https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2ffiler%2f1_CPLP%2fXIII-CCEG%2fPR15_Plano+de+Acao+da+Praia_2021.pdf.
- Delfino, M., Boganika, L., & Albuquerque, D. (2023). Descriptive Analysis of the Action Plan of Praia (2021) of CPLP. *Matraga*, 30, 19-30.
- De Swaan, A. (2001). *Words of the World*. Cambridge: Polity Press.
- Esperança, J. P. (2009). *Uma abordagem eclética do valor da língua: o uso global do Português*. Lisboa: ISCTE/Instituto Camões.
- Fernandes, M. S. (2008). *Confluência de interesses*. Lisboa: CCCM – Instituto Diplomático.
- Fernandes, C. I. P. (2013). *China Hoje – Necessidades Energéticas e Relações Internacionais: As Relações com os Países de Língua Portuguesa*. (Tese de doutorado, Universidade Nova de Lisboa).
- Filipe, M. (2005). *Promoção da língua portuguesa no mundo: hipótese de modelo estratégico*. (Tese de doutorado, Universidade Aberta).
- Filipe, M. (2009). *Internacionalização da Língua Portuguesa: uma perspetiva sobre o Global*. Universidade Aberta, Departamento de Humanidades. Lisboa.
- Fu, M. R. & Wu, A. P. (2018). “一带一路”建设的语言人才需求及高职院校应对方略 [A demanda por talentos de línguas na construção do “Cinturão e Rota” e as faculdades vocacionais superiores]. *中国职业技术教育 [Educação Técnica e Vocacional Chinesa]*, 20, 5-11.
- Gonçalves, L. (2019). Breve perfil de docentes a lecionar na China Continental. In Q. Yan, & F. D. Albuquerque (Org.), *O ensino do português na China: parâmetros e perspectivas* (pp.329-352). Natal: EdUFRN.
- Grayley, M. V. (2014). *A “internacionalização” do português e as novas relações de poder entre os países de língua portuguesa*. (Tese de doutorado, Universidade Aberta).
- Jatobá, J. R. (2020). *Política e planeamento linguístico na China: promoção e ensino da Língua Portuguesa*. (Tese de doutorado, Universidade de Macau).
- Li, D. H. (2014). *Análise do mercado de trabalho para profissionais de PLE na China Continental*. (Trabalho de conclusão de curso, Universidade de Estudos Estrangeiros de Guangdong).
- Li, C. S. (2012). 新中国葡语人才与国家外交战略 [Formação de talentos em língua portuguesa após a fundação da República Popular da China e a estratégia diplomática nacional]. In R. H.

- Zhao (Ed.), 国家战略视角下的外语与外语政策 [As línguas estrangeiras sob uma perspetiva da estratégia nacional] (pp. 67-75). Pequim: Peking University Press.
- Li, C. S. (2018). 中国（澳门）高等院校葡语人才培养的现状与特征 [A situação atual e características da formação de talentos em língua portuguesa nas escolas e universidades da China (Macau)]. In X. M. Gu, Z. J. Lin, L. G. Zhi, Z. Wei & W. H. Liu (Eds.), 中国与葡语国家经贸合作发展报告 (2017-2018) [Relatório de evolução da cooperação econômica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa (2017-2018)]. Pequim: Social Sciences Academic Press.
- Machado, C. M. P. (2023). *O mundo lusófono na política de cooperação da China*. (Dissertação de mestrado, Universidade Lusófona).
- Marrocos, T. A. (2024). Macau e sua Importância para as Relações Econômicas Entre os Países de Língua Portuguesa: As Consequências da Declaração Conjunta Luso-Chinesa. *Caderno Virtual*, 1(61), 1-36.
- Mendes, E. (2019). A promoção do português como língua global no século XXI – um cenário a partir do Brasil. *Revista Linha D'Água*, 32(2), 37-64.
- Moutinho, R.; Almeida Filho, J. C. P. (2015). The role of language teachers as cultural diplomats. *Multicultural Education Review*, 7(1-2), 85-98.
- Nye, J. (1990). Soft Power. *Foreign Policy*, 80, 153-171.
- Oliveira, G. M. (2013). Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos em linguística aplicada*, 52, 409-433.
- Pereira, R. I. M. (2014). *Aprender português em Dalian: expectativas de empregabilidade*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro).
- Pinto, J. F. (2005). *Do império colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Coimbra: Almedina.
- Pires, M. D. J. (2022). Português na China: os números do ensino superior. *Revista Thema*, 21(3), 602-614.
- Reto, L. (Coord.). (2012). *Potencial económico da língua portuguesa*. Alfragide: Texto Editores, Ltda.
- Reis, C., Laborinho, A. P., Leiria, I., Filipe, M., & Pinheiro, F. (2010). *A internacionalização da língua portuguesa. Para uma política articulada de promoção e difusão*. Lisboa: GEPE.
- Severo, C. G., & Leviski, C. E. (2019). Internacionalização da língua portuguesa: assimetrias, heterogeneidade e poder. *Organon*, 34(66). <https://doi.org/10.22456/2238-8915.90747>.
- Sun, G. M. (2018). *Estudantes universitários chineses de Português Língua Estrangeira: Percursos de estudo, escolhas e desafios no mercado de trabalho*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa).
- Teixeira e Silva, R.; Lima-Hernandes, M. C. (2014). Políticas linguísticas e língua portuguesa em Macau, China: à guisa de introdução. *Signótica*, 26, 61-76.
- Wen, Q. F. (2014). 亟待制定“一带一路”小语种人才培养战略规划 [Desenvolvimento urgente de “Uma Faixa, Uma Rota” – planejamento estratégico de formação de talentos de idiomas minoritários]. China: Ministério da Educação da China (MOE).
- Wright, S. (2004). *Language Policy and Language Planning, From Nationalism to Globalisation*. Londres: Palgrave Macmillan.

- Yan, Q. (2019). O desenvolvimento do ensino de Português na China: história, situação atual e novas tendências. In Q. Yan, & F. D. Albuquerque (Org.), *O ensino do português na China: parâmetros e perspectivas* (pp. 24-52). Natal: EdUFRN.
- Ye, Z. L. (2012). O que fazer para que o ensino de português na BFSU atenda melhor às necessidades do mercado de trabalho? Com base nos dados estatísticos sobre a saída profissional dos nossos licenciados na última década. In W. H. Choi & H. L. Zhao (Eds.), *Actas do 1º Fórum Internacional de Ensino de Língua Portuguesa na China* (pp. 192-198). Macau/Pequim: Instituto Politécnico de Macau.

Data de receção: 16/10/2025

Data de aprovação: 10/2/2026